

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PARECER DO CONTROLE INTERNO
ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2025 - PMB
CONTRATO Nº 019/2025 – SEMCAT/PMA

Em atendimento à determinação contida no §1º, do art. 11, da RESOLUÇÃO Nº. 11.410/TCM de 25 de fevereiro de 2014, este Controle Interno DECLARA, para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará e demais interessados, que analisou integralmente os autos do Processo Administrativo 1DOC nº 14.847/2025 – SEMCAT/PMA, referente à ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 003/2025 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEVIDES, oriundo do PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 006/2025 - PMB, nos termos da Lei nº 14.133 DE 2021, que tem por objeto o Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para aquisição de materiais de expediente, para atender as demandas do almoxarifado pelo qual faz a distribuição dos materiais para todos os espaços gerenciados pela SEMCAT/PMA, celebrou o contrato nº 019/2025 – SEMCAT/PMA, com a empresa UNIDAS COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA – CNPJ 52.847.625/0001-97, com vigência de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura em 07 de Novembro de 2025 e no valor global de R\$ 974.201,21 (novecentos e setenta e quatro mil e duzentos e um reais e vinte e um centavos).

Temos a informar sobre os seguintes documentos juntados:

- Documento de Formalização de Demanda – DFD com autorizo da ordenadora de despesa e Anexo com quantitativo de itens;
- Estudo Técnico Preliminar – ETP com autorização preliminar da ordenadora de despesa;
- Cotação de preços com 3(três) participantes;
- Mapa comparativo de preços;
- Justificativa Jurídica da Metodologia de Pesquisa de Preços;
- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 003/2025 – PMB;
- Termo de Adjudicação; Termo de Homologação;
- Parecer jurídico s/n, da análise de Minuta de Edital de Pregão Eletrônico;
- O parecer conclusivo de regularidade do controle interno nº 006/2025;
- Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 006/2025;
- Minuta do contrato;
- Portaria nº 1.520/2024 – PMB/SEMAD;
- Ofício nº 0223/2025 - GAB.SEMCAT, com solicitação enviada a licitante, manifestando interesse e solicitando aceite/anuência em aderir a ARP nº 003/2025;
- Ofício nº 625-A/2025, PMB, com o Autorizo do Órgão gerenciador da ARP;
- Ofício nº 0239/2025 - GAB.SEMCAT para Unidas Comércio e Transportes LTDA – CNPJ nº 52.847.625/0001-97;

- Termo de aceite da licitante Unidas Comércio e Transportes LTDA;
- Certidões e documentos da contratada, documento do representante da empresa, válidos;
- Dotação Orçamentária nº 13939;13938 e 13937;
- Justificativa e Autorização assinada pela ordenadora de despesas;
- Parecer jurídico nº 156/2025 – Jurídico SEMCAT, exarado por Ronaldo Freitas Sagica - Assessor Jurídico – OAB/PA nº 31.165;
- Contrato assinado pelas partes;
- Despacho da SML que analisou a conferência de documentos;
- Parecer nº 567/2025 – PROGE.PMA favorável a ARP, exarado por David Reale da Mota – Procurador Municipal;
- ACATO ao parecer jurídico nº 567/2025 pela Subprocuradora Geral do Município de Ananindeua – Christiane Cardoso do Nascimento;

Com base nas regras insculpidas pela Lei nº 14.133/2021 e demais instrumentos correlatos, declaramos que o referido processo se encontra:

(X) Revestido parcialmente das formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade, embora apresente a(s) seguinte(s) ressalva(s): “Não atende as exigências do Art. 11, alínea D, inciso III da Instrução Normativa nº 22/2021/TCM-PA, de 10 de dezembro de 2021, “para os arquivos relacionados a termos aditivos, apostilamentos, inclusive as decorrentes de adesão à Ata de Registro de preço: até 30 (trinta) dias após a assinatura dos arquivos relacionados a essas situações”.

Salvo melhor juízo, este Controle Interno entende que a **Adesão à Ata de Registro de Preços** supramencionada se encontra revestida das formalidades legais podendo a Administração Pública dar sequência à demanda da SEMCAT e, por fim DECLARA estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual.

Remetemos os autos à deliberação superior.

Ananindeua/PA, 16 de dezembro de 2025.

SAMIRA TAISE DA SILVA DE LIMA
CGM/PMA